



Conselho Europeu

Bruxelas, 29 de março de 2017
(OR. en)

XT 20001/17

BXT 1

NOTA DE ENVIO

de:	Secretariado-Geral do Conselho
para:	Delegações
Assunto:	Notificação do Reino Unido nos termos do artigo 50.º do TUE

Envia-se em anexo, à atenção das delegações, uma carta da Primeira-Ministra do Reino Unido para o Presidente do Conselho Europeu datada de 29 de março de 2017.

10 DOWNING STREET

LONDON SW1A 2AA

A PRIMEIRA-MINISTRA

29 de março de 2017

[Exmo. Senhor Presidente]

Em 23 de junho do ano passado, o povo do Reino Unido votou a favor da saída da União Europeia. Como já tive ocasião de referir, essa decisão não constituiu uma rejeição dos valores que partilhamos enquanto europeus. Também não foi uma tentativa de prejudicar a União Europeia ou qualquer dos restantes Estados-Membros. Pelo contrário, o Reino Unido deseja que a União Europeia seja bem-sucedida e prospere. No nosso entender, o referendo foi, isso sim, um voto para restabelecer a nossa autodeterminação nacional. Estamos a sair da União Europeia, mas não estamos a sair da Europa – e desejamos continuar a ser parceiros e aliados empenhados dos nossos amigos em todo o continente.

No início deste mês, o Parlamento do Reino Unido confirmou o resultado do referendo através da votação da Lei de Notificação da Saída da União Europeia que reuniu maiorias claras e convincentes em ambas as Câmaras. Aprovada pelo Parlamento em 13 de março, a Lei recebeu o consentimento real de Sua Majestade a Rainha e tornou-se Ato do Parlamento em 16 de março.

Assim, escrevo-lhe hoje para conferir efeitos à decisão democrática do povo do Reino Unido. Em conformidade com o artigo 50.º, n.º 2, do Tratado da União Europeia, venho por este meio notificar o Conselho Europeu da intenção do Reino Unido de se retirar da União Europeia. Além disso, nos termos do mesmo artigo 50.º, n.º 2, conforme aplicado pelo artigo 106.º-A do Tratado que institui a Comunidade Europeia da Energia Atómica, notifico o Conselho Europeu da intenção do Reino Unido de se retirar da Comunidade Europeia da Energia Atómica. Por conseguinte, as referências à União Europeia incluídas na presente carta devem ler-se como incluindo uma referência à Comunidade Europeia da Energia Atómica.

A presente carta descreve a abordagem que o Governo de Sua Majestade pretende seguir nos debates que realizaremos sobre a saída do Reino Unido da União Europeia e sobre a parceria aprofundada e especial que esperamos estabelecer com a União Europeia – enquanto vosso amigo e vizinho mais próximo – depois da nossa saída. Acreditamos que estes objetivos são do interesse não só do Reino Unido, mas também da União Europeia e do resto do mundo.

É do superior interesse, tanto do Reino Unido como da União Europeia, utilizar o processo que temos pela frente para concretizar estes objetivos de forma justa e ordenada, com a menor perturbação possível para ambas as partes. Queremos assegurar que a Europa permaneça forte e próspera e seja capaz de projetar os seus valores, ter uma posição de liderança no mundo e defender-se das ameaças à segurança. Queremos que o Reino Unido, através de uma nova parceria aprofundada e especial com uma União Europeia forte, desempenhe plenamente o seu papel na realização destes objetivos. Por conseguinte, acreditamos que é necessário acordar os termos da nossa futura parceria a par dos termos da nossa saída da União Europeia.

O Governo deseja abordar os nossos debates com ambição, oferecendo aos cidadãos e às empresas do Reino Unido e da União Europeia – e, na verdade, dos países terceiros em todo o mundo – o maior grau de certeza possível, com a maior brevidade possível.

Gostaria de propor alguns princípios que poderão ajudar a dar forma aos nossos futuros debates, mas, antes disso, compete-me informá-lo sobre o processo que levaremos a cabo internamente, no Reino Unido.

O processo no Reino Unido

Como já anunciei, o Governo apresentará legislação que virá revogar o Ato do Parlamento que confere efeitos à legislação da UE no nosso país – o Ato das Comunidades Europeias de 1972. Sempre que for viável e adequado, tal legislação converterá na prática o *corpus* de legislação da União Europeia em vigor (o acervo) em legislação do Reino Unido. Isto significa que existirá certeza jurídica para os cidadãos do Reino Unido e para qualquer pessoa da União Europeia com atividade económica no Reino Unido. O Governo procederá a consultas sobre o modo de conceber e implementar esta legislação e sobre isso publicaremos amanhã um Livro Branco. Tencionamos também apresentar vários outros atos legislativos relacionados com questões específicas da nossa saída da União Europeia, tendo também em vista garantir continuidade e certeza jurídica, em especial para as empresas. Continuaremos obviamente a assumir as nossas responsabilidades de Estado-Membro enquanto continuarmos a ser um membro da União Europeia, e a legislação que propusermos não entrará em vigor até à nossa saída.

Desde o início e ao longo de todos os debates, negociaremos como um Reino Unido único, tendo na devida conta os interesses específicos de cada nação e região do Reino Unido. No que diz respeito à devolução de poderes ao Reino Unido, consultaremos todos os interessados sobre os poderes que deverão ficar em Westminster e os que deverão ser transferidos para a Escócia, o País de Gales e a Irlanda do Norte. Mas a expectativa do Governo é que este processo resulte num aumento significativo do poder de decisão de cada administração descentralizada.

Negociações entre o Reino Unido e a União Europeia

O Reino Unido deseja acordar com a União Europeia numa parceria aprofundada e especial que abranja a cooperação tanto económica como no domínio da segurança. Para alcançar este objetivo, acreditamos que é necessário acordar os termos da nossa futura parceria a par dos termos da nossa saída da UE.

Se, no entanto, deixarmos a União Europeia sem alcançar um acordo, ficaremos na posição por defeito de ter de comerciar nos termos da Organização Mundial do Comércio. Em termos de segurança, a não obtenção de um acordo significaria que a nossa cooperação na luta contra a criminalidade e o terrorismo ficaria enfraquecida. Num cenário deste tipo, tanto o Reino Unido como a União Europeia se adaptariam evidentemente à mudança, mas não é esse o resultado que qualquer das partes deverá procurar. Temos, por isso, de trabalhar arduamente para o evitar.

É por estas razões que desejamos poder acordar numa parceria aprofundada e especial, que abranja a cooperação tanto económica como no domínio da segurança – mas é também porque desejamos desempenhar o nosso papel para assegurar que a Europa permaneça forte e próspera e capaz de ter uma posição de liderança no mundo, projetando os seus valores e defendendo-se das ameaças à segurança. E desejamos que o Reino Unido desempenhe plenamente o seu papel na concretização dessa visão para o nosso continente.

Princípios propostos para os nossos debates

Antevendo os debates que iniciaremos em breve, gostaria de sugerir alguns princípios sobre os quais poderíamos chegar a acordo, a fim de contribuir para assegurar que o processo seja tão harmonioso e bem sucedido quanto possível.

- i. **Deveremos dialogar de forma construtiva e respeitosa, num espírito de cooperação leal.** Desde que me tornei Primeira-Ministra do Reino Unido, tenho-o escutado atentamente, bem como aos meus homólogos Chefes de Governo da UE e aos Presidentes da Comissão Europeia e do Parlamento Europeu. É por esse motivo que o Reino Unido não pretende tornar-se membro do mercado único: compreendemos e respeitamos a vossa posição de que as quatro liberdades do mercado único são indivisíveis e de que não é possível escolher apenas os aspetos que nos agradam. Compreendemos igualmente que a saída da UE terá consequências para o Reino Unido: sabemos que perderemos influência sobre as regras que afetam a economia europeia. Sabemos também que as empresas do Reino Unido, ao efetuar trocas comerciais na UE, terão de respeitar regras decididas por instituições das quais já não faremos parte – tal como acontece às empresas do Reino Unido quando operam noutros mercados estrangeiros.
- ii. **Deveremos sempre pôr os nossos cidadãos em primeiro lugar.** Os debates que estamos prestes a encetar são obviamente complexos, mas deveremos lembrar-nos de que no cerne das nossas conversações estão os interesses de todos os nossos cidadãos. Há, por exemplo, muitos cidadãos dos restantes Estados-Membros a residir no Reino Unido, e muitos cidadãos do Reino Unido a residir noutros países da União Europeia, e deveremos procurar chegar rapidamente a um acordo sobre os seus direitos.
- iii. **Deveremos esforçar-nos por assegurar um acordo abrangente.** Queremos acordar numa parceria aprofundada e especial entre o Reino Unido e a UE, que abranja a cooperação tanto económica como no domínio da segurança. Será necessário debater como conseguir uma regularização justa dos direitos e obrigações do Reino Unido enquanto Estado-Membro cessante, nos termos da lei e no espírito da continuação da parceria do Reino Unido com a UE. Mas acreditamos que é necessário acordar os termos da nossa futura parceria a par dos termos da nossa saída da UE.
- iv. **Deveremos trabalhar em conjunto para minimizar as perturbações e assegurar o maior grau de certeza possível.** Os investidores, as empresas e os cidadãos, tanto no Reino Unido como em todos os restantes 27 Estados-Membros – e nos países terceiros em todo o mundo – querem poder fazer planos. Para evitar toda e qualquer mudança abrupta na transição da nossa relação atual para a nossa parceria futura, as pessoas e as empresas do Reino Unido e da UE beneficiariam de períodos de implementação para se adaptarem às novas disposições de forma harmoniosa e ordenada. Chegar a um acordo sobre este princípio no início do processo ajudaria ambas as partes a reduzir ao mínimo as perturbações desnecessárias.

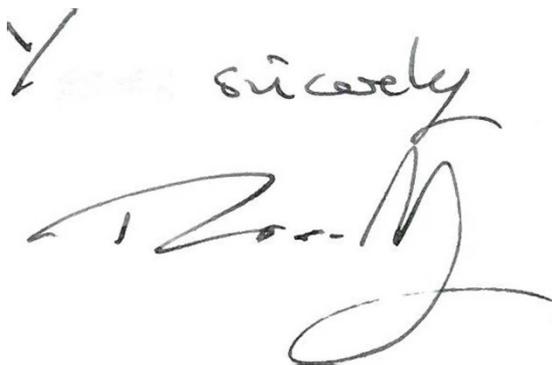
- v. **Deveremos, em especial, prestar atenção à relação singular do Reino Unido com a República da Irlanda e à importância do processo de paz na Irlanda do Norte.** A República da Irlanda é o único Estado-Membro da UE que tem uma fronteira terrestre com o Reino Unido. Queremos evitar o regresso a uma fronteira rígida entre os nossos dois países, queremos poder manter a nossa Zona de Deslocação Comum e queremos assegurar que a saída do Reino Unido da UE não prejudique a República da Irlanda. Temos também a importante responsabilidade de assegurar que nada do que for feito porá em risco o processo de paz na Irlanda do Norte e de continuar a apoiar o Acordo de Belfast.
- vi. **Deveremos dar início a conversações técnicas sobre domínios de ação pormenorizados o mais rapidamente possível, mas deveremos dar prioridade aos maiores desafios.** Chegar a acordo sobre uma abordagem a alto nível das questões decorrentes da nossa saída constituirá evidentemente uma primeira prioridade. Mas propomos igualmente um acordo de comércio livre arrojado e ambicioso entre o Reino Unido e a União Europeia, cujo âmbito e ambição deverão ser maiores do que os de qualquer outro acordo anterior, de modo a abranger setores cruciais para as nossas economias interligadas, como os serviços financeiros e as indústrias de rede. Tal exigirá conversações técnicas detalhadas, mas uma vez que o Reino Unido é atualmente um Estado-Membro da UE, ambas as partes têm quadros regulamentares e normas que já se coadunam entre si. Deveremos, por conseguinte, dar prioridade à forma como gerimos a evolução dos nossos quadros regulamentares para manter um ambiente comercial justo e aberto, bem como à forma como resolvemos os litígios. Quanto ao âmbito da nossa parceria – tanto em questões económicas como de segurança –, os meus funcionários apresentarão propostas pormenorizadas para uma cooperação aprofundada, ampla e dinâmica.
- vii. **Deveremos continuar a trabalhar em conjunto para promover e proteger os nossos valores europeus comuns** Agora talvez mais do que nunca, o mundo precisa dos valores liberais e democráticos da Europa. Queremos desempenhar o nosso papel para assegurar que a Europa permaneça forte e próspera e capaz de ter uma posição de liderança no mundo, projetando os seus valores e defendendo-se das ameaças à segurança.

A tarefa que temos pela frente

Como já referi, o Governo do Reino Unido quer acordar numa parceria aprofundada e especial entre o Reino Unido e a UE, que abranja a cooperação tanto económica como no domínio da segurança. Numa altura em que o crescimento do comércio mundial está a abrandar e há sinais de que os instintos protecionistas estão a crescer em muitas partes do mundo, a Europa tem a responsabilidade de defender o comércio livre no interesse de todos os nossos cidadãos. Do mesmo modo, a segurança da Europa é hoje mais frágil do que em qualquer outro momento desde o final da Guerra Fria. Enfraquecer a nossa cooperação para a prosperidade e a proteção dos nossos cidadãos seria um erro que nos sairia caro. Os objetivos do Reino Unido para a nossa futura parceria continuam a ser aqueles que foram estabelecidos no meu discurso de 17 de janeiro na Lancaster House e no subsequente Livro Branco publicado em 2 de fevereiro.

Reconhecemos que será um desafio concluir um acordo de tão grande alcance no prazo de dois anos previsto no Tratado para os debates sobre a saída da União. Mas acreditamos que é necessário acordar os termos da nossa futura parceria a par dos termos da nossa saída da UE. O ponto de partida para estes debates é uma situação ímpar – estreito alinhamento regulamentar, confiança mútua nas nossas instituições, e um espírito de cooperação que remonta a várias décadas. É por estas razões, e porque a futura parceria entre o Reino Unido e a UE tem tanta importância para ambas as partes, que estou certa de que pode ser acordada no prazo previsto no Tratado.

A tarefa que temos pela frente é considerável mas não deverá estar fora do nosso alcance. Afinal, as instituições e os dirigentes da União Europeia conseguiram congregar um continente assolado pela guerra numa união de nações pacíficas, e apoiaram a transição das ditaduras para a democracia. Juntos, sei que somos capazes de alcançar um acordo sobre os direitos e obrigações do Reino Unido como Estado-Membro cessante, estabelecendo ao mesmo tempo uma parceria aprofundada e especial que contribua para a prosperidade, a segurança e o peso do nosso continente no mundo.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Theresa May', with the word 'sincerely' written above it in a cursive script.

Sua Ex.^a o Presidente Donald Tusk